

POLÍTICA DE COMBATE A CORRUPÇÃO

PONTAL CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.

Setembro/2025 – Versão 1.0

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ATOS LESIVOS E SANÇÕES	3
PROCEDIMENTOS E PROGRAMA DE INTEGRIDADE	4
VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO	5

INTRODUÇÃO

Seguindo os preceitos da Lei n.º 12.846 (“Lei Anticorrupção”), de 1º de agosto de 2013, bem como os de sua regulação, através do Decreto n.º 8.240, de 18 de março de 2015, o combate à corrupção também é um dever da PONTAL CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA. (“Gestora” ou “Pontal Capital”) e de todos aqueles que possuam cargo, função, posição e/ou relação, societária, empregatícia, comercial, profissional, contratual ou de confiança, (independentemente da natureza destas atividades, sejam elas direta, indireta e/ou secundariamente relacionadas com quaisquer atividades fim ou meio) (“Colaboradores”) com a Gestora.

A Lei Anticorrupção responsabiliza as pessoas jurídicas, nos âmbitos administrativo e cível, pelos atos lesivos previstos praticados em seu interesse ou benefício e não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural, autora, coautora ou partícipe do ato ilícito.

ATOS LESIVOS E SANÇÕES

Entende-se por atos lesivos à administração pública:

- I. Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- II. Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção;
- III. Comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;
- IV. No tocante a licitações e contratos: frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente; criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo; obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública; e

- V. Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

As sanções previstas na Lei Anticorrupção, aplicáveis à pessoa jurídica responsabilizada pelos atos ilícitos anteriormente mencionados, são as seguintes:

- I. Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé;
- II. Suspensão ou interdição parcial de suas atividades;
- III. Dissolução compulsória da pessoa jurídica;
- IV. Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de 1 (um) e máximo de 5 (cinco) anos.

PROCEDIMENTOS E PROGRAMA DE INTEGRIDADE

A Gestora utiliza seus melhores esforços para monitorar todos os Colaboradores, de forma a garantir que estes atuem em observância a Lei Anticorrupção e sua regulamentação, respeitando e praticando, na medida de suas atividades e possibilidades, os atos referentes ao programa de integridade da Gestora (“Programa de Integridade”).

Tal monitoramento é fundamental, porque também é responsabilidade de todos os Colaboradores proteger a empresa de atividades de corrupção e suborno, de forma que não serão tolerados comportamentos omissos sobre a questão ou envolvimento nesses tipos de atividade.

Diante disso, constituem parâmetros do Programa de Integridade da Gestora as seguintes medidas:

- I. Comprometimento dos sócios da Gestora com o Programa de Integridade;
- II. Políticas de conduta e ética que são aplicadas para todos os Colaboradores da Gestora, inclusive a terceiros, quando necessário, vide Código de Ética;
- III. Treinamento periódico dos Colaboradores, vide Política de Treinamento dos Colaboradores;
- IV. Registros contábeis que reflitam as transações da Gestora de forma precisa e completa, feitos por empresa especializada externa;
- V. Independência dos procedimentos de *Compliance*;

- VI. Fácil comunicação de irregularidades para quaisquer Colaboradores ou terceiros;
- VII. Medidas disciplinares executadas contra aqueles que violarem as normas da Gestora, ou cometerem qualquer tipo de infração corruptiva listada acima; e
- VIII. Prévia *Due Diligence* antes de contratação de terceiros.

A Gestora não admite, em hipótese alguma, a prática de quaisquer das infrações mencionadas anteriormente. Os Colaboradores devem comunicar imediatamente ao Sr. Carlos Jose Lancellotti Narciso, inscrito no CPF/MF nº 680.864.667-87 (“Diretor de Compliance, Risco e PLD”), responsável por esta política e pelos preceitos relativos ao Combate à Corrupção da Gestora, qualquer atividade que possa caracterizar infrações à Lei Anticorrupção.

Por fim, todos os Colaboradores são instruídos a ler essa política e a assinar o “Termo de Compromisso”, anexado ao Código de Ética, que traz a hipótese de desligamento imediato da Gestora por justa causa, caso algum dos Colaboradores exerça algum ato de suborno ou de corrupção, conforme dispõem o subitem anterior e a Lei Anticorrupção.

VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

Esta política será revisada periodicamente, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.

CONTROLE DE VERSÕES	DATA	MODIFICADO POR	DESCRIÇÃO DA MUDANÇA
1.0	Setembro/2025	Carlos Jose Lancellotti Narciso	Versão inicial